

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A. apresenta para deliberação na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de Abril de 2011, a Proposta da Administração a seguir:

I – EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2010.

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como das notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2010, publicados no dia 24/03/2011 no “Jornal da Tarde” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme requerido pela Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, constam do Anexo I ao Presente.

2. Resultado do exercício social encerrado em 31/12/2010.

Por ter apresentado prejuízo contábil em 31/12/2010 no montante de R\$ 3.219.548,86, as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, deixam de ser apresentadas.

3. Proposta de Remuneração dos Administradores

A Administração propõe remuneração global anual de até R\$ 400.000,00 para o conselho de administração e de até R\$ 1.400.000,00 para a Diretoria, para o exercício de 2011.

Atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, apresenta-se no anexo II, as informações relacionadas no item 13 do Formulário de Referência.

São Paulo, 23 de março de 2011.

Conselho de Administração:

Luciano Braga da Cunha

Fausto da Cunha Penteado

Marisa Braga da Cunha Marri

Diretoria:

Moacir da Cunha Penteado

Marisa Braga da Cunha Marri

Renato Antunes Pinheiro

ANEXO I

Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

Apesar de 2010 ter sido um dos melhores anos de todos os tempos para o setor da construção civil no Brasil, a Lix da Cunha se aproveitou somente em parte desse cenário favorável da economia, devido as suas limitações financeiras causadas principalmente pela falta de capital de giro. Essa limitação, como já mencionado anteriormente, causada pelo inadimplemento e quebra de diversos contratos com o poder público ou suas autarquias.

Mesmo com limitações a Companhia registrou um crescimento em suas receitas de 49% em relação ao ano anterior, mas o faturamento ainda é insuficiente para atingir o nível de atividade ideal.

Em 2010 a Companhia focou principalmente a iniciativa privada, buscando no mercado parceiros e investidores para viabilização de obras e projetos, em sua maioria, de empreendimentos horizontais e verticais, para prestação de serviços de gerenciamento e implantação de infraestrutura. Em função dos riscos envolvidos em contratos com o poder público e a capacidade da empresa de suportar tais riscos, a Companhia privilegiou contratos com a iniciativa privada. Tal estratégia continuará sendo adotada no exercício de 2011.

O recebimento de recursos extraordinários, obtidos através do recebimento de acordos com credores, nos possibilitou resolver diversas pendências na esfera trabalhista, cível e tributária, o pagamento de dividendos atrasados, ajudou ainda a financiar todos os compromissos correntes e investimentos, ainda que pequenos, em máquinas e equipamentos.

No ano de 2011 a empresa continuará sua luta na busca pelos créditos não recebidos de Órgãos Públicos, por via administrativa ou judicialmente, para que possa sanar problemas causados pelo seu não recebimento e por fim retome a capacidade de investimento e geração de valor para os acionistas.

Esta questão se torna ainda mais relevante neste momento, pois será necessária a formalização de novo acordo para recomposição do fluxo de caixa, eis que o último acordo foi quitado em dezembro, sendo necessários recursos extras para cumprimento da programação de pagamentos das dívidas, notadamente trabalhistas, fiscais, inclusive Refis, entre outras.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Estimamos que com o aumento do nível de atividade e de geração de caixa da Companhia, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros correntes assumidos seja mantida.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia mantém permanente negociação com fornecedores a fim de ampliar os prazos de pagamento e, concomitantemente, tem diminuído os prazos concedidos aos seus clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de leasing ou Finame.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.

Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de leasing ou Finame, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MO DALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONSOLIDADO (em R\$ mil)		
		2010	2009	2008
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	4.675	5.625	17.105
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	283	561	0
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	3.310	3.310	2.741
TOTAL		8.268	9.496	19.846
Parcela circulante		8.084	9.282	19.846
Parcela não circulante		184	214	-

No ano de 2010, o endividamento bruto apresentou evolução de 8,72% em relação ao ano anterior, provocada principalmente pela atualização dos passivos tributários e contingências trabalhistas e cíveis, enquanto os empréstimos e financiamentos apresentaram uma redução de 14,01% devido a quitações.

O endividamento bruto em 31/12/2009 apresentou uma redução de 7,5% em relação à 31/12/2008. Tal redução foi possível principalmente pelo pagamento de empréstimos e financiamentos bancários e pela adoção de índices de correção e juros adotados pelo judiciário, quando a dívida está sub judice.

O endividamento bruto em 31/12/2008 apresentou um aumento de 26,9% em relação à 31/12/2007. A principal causa do aumento foi a readequação nas estimativas das dívidas principalmente tributárias e trabalhistas e a revisão de todos os índices de correção e juros utilizados para atualização dos passivos.

Em 29 de Outubro de 2009, as empresas controladas CBI Construções Ltda., Pedralix S.A. Indústria e Comercio, Lix Empreendimentos e Construções Ltda., Lix Incorporações e Construções Ltda., assim como a Construtora Lix da Cunha S.A., formalizaram pedido de inclusão no parcelamento de débitos fiscais, baseados na Lei n.º 11.941/09. A empresa ainda aguarda a consolidação dos débitos fiscais federais que deverá representar redução em seu passivo tributário, inclusive pela possibilidade de quitação de juros e encargos legais com a utilização de prejuízos fiscais acumulados.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CONSOLIDADO dez-10	CONSOLIDADO dez-09	CONSOLIDADO dez-08
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.830.154	7.937.807	1.588.666
DEDUÇÕES DA RECEITA	(756.971)	(376.411)	(259.125)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.073.183	7.561.396	1.329.541
Custos Operacionais	(9.206.576)	(6.458.408)	(3.275.305)
LUCRO BRUTO	1.866.608	1.102.988	(1.945.764)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Honorários da Administração	(839.136)	(850.624)	(804.200)
Contingencias Trabalhistas	(256.878)	254.060	(3.488.951)
Gerais e Administrativas	(7.576.417)	(6.182.366)	(9.173.528)
Tributárias	(271.216)	(101.209)	(143.484)
Depreciações e Amortizações	(238.237)	294.039	(268.507)
TOTAL	(9.181.884)	(7.174.178)	(13.878.669)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS			
Receitas Financeiras	46.830.722	33.819.295	37.506.746
Despesas Financeiras	(35.222.382)	(24.241.371)	(49.283.582)
Prov.p/ Contingências	(6.940.040)		
Prov.p/ Créd. Liquidação Duvidosa	(1.700.538)		
TOTAL	2.967.762	9.577.924	11.776.837
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(4.347.515)	3.506.734	(27.601.270)
Outras Resultados Operacionais	656.712	-	(2.428.510)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL.	(3.690.803)	(5.735.410)	1.078.224
Provisão p/ Imposto de Renda	-	-	-
Provisão p/ Contribuição Social	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	(3.690.803)	1.078.224	(5.735.410)
Participação dos Minoritários	471.254	263.650	1.719.312
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(3.219.549)	1.341.874,26	(4.016.098)

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as seguintes:

 Receita Líquida

 No ano de 2010 a usina de asfalto continua trazendo grandes contribuições no crescimento da receita, assim como foi em 2009, e sendo fator primordial na retomada do nível de atividade. Puxado em grande parte pela venda e aplicação de massa asfáltica, o faturamento bruto avançou 49% em relação a 2009

 Custo das Vendas

Os custos médios unitários permaneceram praticamente estáveis em 2010, diferentemente de 2009 em que foram ligeiramente mais altos, mas integralmente absorvidos pelo nível de atividade operacional da empresa.

Lucro Bruto

A lucratividade dos serviços prestados em 2010 foi ligeiramente mais alta se comparada a 2009 e tende a melhorar ainda mais com o aumento de faturamento, principalmente pela maior absorção de custo fixo e melhorias na performance operacional.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Operacionais em 2010 apresentaram alta devido a reajuste de salários e recomposição dos quadros técnicos da empresa. Em 2009 apresentou recuo de R\$ 6.705 milhões, puxados principalmente pela reversão de despesas com contingências trabalhistas e pela redução de R\$ 2.992 nas despesas Gerais e Administrativas.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia obteve um relevante crescimento em suas receitas, decorrente do aumento na produtividade em sua usina de asfalto, desde que foram retomadas suas operações em 2009, além da ampliação na execução das obras por administração durante o período.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2010 o resultado da Companhia foi afetado principalmente pelo baixo nível de faturamento e pelo aumento nas provisões para contingências, já em 2009 os resultados operacionais foram afetados positivamente principalmente pela redução das Despesas Operacionais que apresentaram recuo de R\$ 6.705 milhões, puxados principalmente pela reversão de despesas com contingências trabalhistas e pela redução de R\$ 2.992 nas despesas Gerais e Administrativas.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) **mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2010.

b) **efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve.

c) **ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Em 2010 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

Ênfase: a) *Conforme mencionado na nota explicativa n.º “02.k” a Companhia, na forma do CPC n.º 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros.*

b) *A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro.*

c) *A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.*

Os auditores independentes formularam ressalva no Parecer de Auditoria de 31/12/2009 quanto a:

“não apresentação do livro de apuração do lucro real atualizado e devidamente escriturado, demonstrando os prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas da contribuição social que justificam o não recolhimento de referidos tributos sobre o lucro contábil apurado. Embora as receitas da Companhia e Controladas em grande parte podem ser

diferidas até o efetivo recebimento do numerário, por serem oriundas de contratos com órgãos públicos, o que provavelmente ocasionará o diferimento desses tributos, as bases de cálculo desses impostos e, conseqüentemente, a apresentação dos respectivos livros fiscais, estão suscetíveis de revisão por parte da Receita Federal do Brasil dentro dos prazos prescricionais e, sua não apresentação, está sujeita a cobrança de valores arbitrados.”

A empresa contratou escritório de assessoria especializada, e, em 2010, regularizou a escrituração ressaltada.

Os auditores independentes formularam ainda os seguintes parágrafos de ênfase em 2009:

“Tendo em vista as deficiências de capital de giro e, conseqüentemente, as dificuldades financeiras geradas pelo não recebimento nos prazos contratados dos ativos em referência, é de fundamental importância para o sucesso das operações futuras da companhia que sejam mantidas as medidas voltadas ao saneamento financeiro e a recuperação da lucratividade, empreendidas pela Administração nos últimos exercícios. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da entidade continuar operando.

Conforme nota explicativa n.º 9/b, a empresa realizou transações com partes relacionadas motivadas por circunstâncias diferentes daquelas normais do negócio, as quais normalmente não seriam realizadas com partes não relacionadas. Os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado, caso praticáveis.”

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as política contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONSOLIDADO EM R\$ MIL		
	2010	2009	2008
Faturas a vencer e serviços a faturar	1.454	1.609	836
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2008	367.597	341.285	332.393
(-) Provisão para perdas eventuais	(41.902)	(36.535)	(27.347)
TOTAL	327.149	306.358	305.882

Parcela circulante	326.436	305.617	286.311
Parcela não circulante	713	741	19.571

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos órgãos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. No presente exercício foi feita uma análise criteriosa dos saldos no sentido de identificar ajustes nos valores a receber de clientes em processos judiciais, visando adequar os saldos a expectativa de realização. Os créditos ajustados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, quando for o caso e em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes.
- Do valor total da provisão para perdas (consolidado) registrada em 31 de Dezembro de 2010 no montante de R\$ 41.902 consolidado, (2009 – R\$ 36.535) e (2008 – R\$ 27.347) refere-se a valores constituídos com base nos históricos de descontos concedidos aos clientes e em acordos anteriormente firmados. Referido valor também levou em consideração a possibilidade de perda eventual do total ou parte do crédito.
- Estão em andamento diversos processos de cobrança judicial relacionadas a clientes (Controladora), sendo que parte deles ainda não tem o trânsito em julgado. Parte desses processos está registrado contabilmente, cujos saldos consolidados e atualizados em 31 de Dezembro, são os seguintes:

CRÉDITOS DE COBRANÇA JUDICIAL CONTABILIZADOS	CONTROLADAS		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
Total de crédito contabilizado no contas a receber	181.792	172.784	367.597	341.285
Saldo dos precatórios já expedidos	31.573	22.659	31.573	22.659
Saldo de acordo formalizado p/ pagto. parcelado	0	20.560	0	20.560

AÇÕES NAS ESFERAS:	ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES		
	31/Dez./2010	31/Dez./2009	31/Dez./2008
Federais	797.487	657.123	539.307
Estaduais	391.310	339.616	325.395
Municipais	38.990	33.460	34.955
Outros	10.073	8.967	59.480
TOTAL ESTIMADO DE CRÉDITO EM COBRANÇA JUDICIAL	1.237.860	1.039.166	959.137

2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Tendo em vista que a Companhia e suas empresas controladas figuram no pólo passivo em demandas judiciais e administrativas de diversas naturezas (cível, trabalhista e tributária) decorrentes do exercício normal de suas atividades, foram constituídas provisões para fazer frente às perdas consideradas prováveis nos processos em curso. Os montantes provisionados podem ser considerados suficientes para resguardar as perdas avaliadas de acordo com a orientação dos advogados e assessores jurídicos da Companhia.

Com efeito, as provisões e depósitos judiciais correspondentes as contingências da Companhia, constituídos em 31 de Dezembro de 2010 podem ser dispostos da seguinte forma:

CONSOLIDADO EM R\$ MIL			
	2010	2009	2008
Provisões contabilizadas	26.341	21.081	26.333
- Depósitos judiciais	(1.737)	(2.490)	(1.297)
- Provisões líquidas	24.604	18.591	25.036

Ressalte-se que, as estimativas de êxito têm sido periodicamente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, diante de eventuais alterações nos resultados das demandas judiciais existentes as provisões são também modificadas.

Além das demandas tributárias em discussão, também foram provisionados valores correspondentes às contingências trabalhistas existentes em razão de reclamações ajuizadas por ex-funcionários da Companhia para pleitear supostas diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

3. FORNECEDORES

No saldo de R\$ 69.436 (consolidado) em 2010, R\$ 59.209 em 2009, apresentado na rubrica de fornecedores, R\$ 60.601 (R\$ 51.161 em 2009), refere-se a valores vinculados aos créditos da empresa junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante. Os valores desses débitos vinculados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, de acordo com a legislação em vigor, e quando for o caso em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas no item 1 desse tópico, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2009.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia;
2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.

Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A fim de melhorar cada vez mais o nível de eficiência dos processos e controles internos, a Companhia investiu pesadamente na aquisição de novo sistema de gestão (ERP TOTVS), na formatação de novos procedimentos e no treinamento de funcionários. Vale ressaltar que, mesmo os sistemas e procedimentos considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração em conjunto com a auditoria externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e concluiu que os controles internos da Companhia são suficientes e apropriados para refletir de forma confiável as informações financeiras e patrimoniais da Companhia.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados

Não há

ANEXO II

Informações relativas à remuneração dos administradores requeridas no item 13 do formulário de referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos²³:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração designada pela Companhia aos seus administradores tem se pautado pelo grau de responsabilidade e tempo de dedicação às funções, além de critérios pertinentes às competências desenvolvidas, reputação profissional e outras práticas adotadas por Companhias de porte e segmento de atividade semelhantes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O montante global da remuneração percebidas pelos administradores se estabelece anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária, levando-se em conta os honorários mensais, 13º salários e férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

RUBRICA	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SALARIOS, PRO-LABORE	85,50%	100,00%
13º SALÁRIO	8,00%	0,00%
FÉRIAS	6,50%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes de cada um dos elementos da remuneração se baseiam em pesquisas de mercado realizadas anualmente, com o intuito de analisar se a remuneração dos administradores está

compatível com àquela verificada em empresas de porte e situação semelhantes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Em razão da atual situação financeira e patrimonial da Companhia, considera-se como mais adequado, o modelo adotado para a composição da remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração dos administradores é suportada pela Controlada Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore.
- benefícios diretos e indiretos.
- remuneração por participação em comitês.
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- Outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo v. remuneração baseada em ações

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal²⁷

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo¹; e prevista para o exercício social corrente.

Mês	Conselho de Administração	Diretoria
JAN	3	4
FEV	3	4
MAR	3	4
ABR	3	4
MAI	3	4
JUN	3	4
JUL	3	4
AGO	3	4
SET	3	4
OUT	3	4
NOV	3	3
DEZ	3	3
TOTAL	36	46
MÉDIA	3	3,83

Exercício Social encerrado em 31/12/2010 e 2009

	Conselho de Administração		Diretoria	
	2010	2009	2010	2009
Número de membros	3	3	3,83	4
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	152.400	186.000	686.736	664.624
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor da remuneração	152.400	186.000	686.736	664.624

Exercício Social corrente (Previsão para 2011)

	Conselho de Administração		Diretoria	
	2011	2011	2011	2011
Número de membros	3		4	
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	400.000		1.400.000	
Benefícios diretos e indiretos	0		0	
Remuneração por participação em Comitês	0		0	
Outros	n/a		n/a	
Remuneração Variável	n/a		n/a	
Bônus	n/a		n/a	
Participação nos resultados	n/a		n/a	
Remuneração por participação em reuniões	n/a		n/a	
Comissões	n/a		n/a	
Outros	n/a		n/a	
Benefícios pós-emprego	n/a		n/a	
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a		n/a	
Remuneração baseada em ações	n/a		n/a	
Valor da remuneração	400.000		1.400.000	

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de

administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo²⁸:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social²⁹

Órgão	Ações ON Lix da Cunha
Conselho de Administração	1.777.031
Diretoria	1.784.066

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³⁰:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
 - i. data de outorga
 - ii. quantidade de opções outorgadas
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
 - iv. prazo máximo para exercício das opções
 - v. prazo de restrição à transferência das ações
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 1. . em aberto no início do exercício social
 2. . perdidas durante o exercício social
 3. . exercidas durante o exercício social
 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de exercício
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
 - i. número de ações
 - ii. preço médio ponderado de aquisição
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009				
	Conselho de Administração		Diretoria	
	2010	2009	2010	2009
Número de membros	3	3	3,83	4
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	53.600	53.600	179.024	178.070

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2010	2009
Conselho de Administração	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Numero de Membros	3	4	7
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	95	334	429

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.